

dum equilíbrio de integração, e a um desconhecimento do problema das estruturas numa formação (social). Estas são incorporadas (*résorbées*) na conduta-comportamento dos grupos sociais concebidos como 'agentes' do processo social — estando o paralelograma das forças das relações de poder fundado na limitação mútua dessas condutas»¹⁷. Recusa POULANTZAS tal concepção, pois que partindo da consideração do poder «como efeito das estruturas no campo da luta das classes», é possível ver que «a capacidade numa classe para realizar os seus interesses depende da luta numa outra classe, dependendo por isso mesmo das estruturas numa formação social enquanto limites do campo das práticas de classe. Uma diminuição da capacidade numa classe não se traduz automaticamente num aumento da capacidade numa outra classe, dependendo das estruturas a redistribuição eventual do poder: uma diminuição de poder, digamos, da classe burguesa não significa que esse poder se adicione, só por esse facto, ao poder da classe operária»¹⁸. A aplicação desta concepção do poder «soma-zero» à escala global numa formação social «ignora a especificidade das diversas formas de poder aos diversos níveis, e o seu desfazamento (*décalage*). A diminuição do poder ao nível económico, uma diminuição da capacidade de uma classe para realizar os seus interesses económicos *específicos*, não se traduz directamente numa diminuição de poder político ou ideológico, e vice-versa».¹⁹

Vitor
Matias
Ferreira *

Industrialização capitalista e desenvolvimento urbano

1. Introdução

Procuraremos, nesta nota, equacionar alguns problemas inerentes às temáticas da *industrialização capitalista* e do *desenvolvimento urbano*, na tentativa de alcançar uma visão complementar

¹⁷ N. POULANTZAS, *Op. cit.*, Tomo I, p. 123.

¹⁸ N. POULANTZAS, *Op. cit.*, Tomo I, p. 123.

¹⁹ N. POULANTZAS, *Op. cit.*, Tomo I, pp. 123-124.

* O Autor realizou o presente trabalho enquanto membro do Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação C. Gulbenkian, anexo ao Gabinete de Investigações Sociais, e colaborador do Serviço de Produtividade do Instituto Nacional de Investigação Industrial.

(necessariamente incompleta, dados o volume e a complexidade desses temas) à caracterização do fenómeno urbano que constituiu objecto de um artigo anteriormente publicado¹.

Assim, se nesse texto se procurou definir o *campo* da problemática em causa, aqui a óptica analítica será um tanto diferente, recorrendo à relação de alguns dos elementos *dinamizadores* daquela «realidade». Tentar-se-á, deste modo, esquematizar o sentido e a intensidade da evolução *histórica* e *sociológica* dos fenómenos em questão.

Tal objectivo esteve, de resto, latente em todo o artigo anterior. Por diversas vezes se observou nele que certos aspectos da caracterização do fenómeno urbano careciam de uma visão mais «compreensiva», por um lado predominantemente *diacrónica* (em virtude das transformações morfológicas, funcionais e estruturais que, de forma substancial, têm alterado no tempo, a configuração socio-espacial daquele fenómeno), e por outro decididamente *sociológica*, na constatação evidente de que uma análise meramente sociográfica «ignora», quase sempre, as próprias situações envolventes da «realidade» urbana, e é incapaz, portanto, de dar conta de todo o *processus* em causa.

Circunstâncias de vária ordem impediram-nos de elaborar a 2.ª Parte do estudo que, ao publicar o artigo referido, tínhamos em mente. A presente nota não pretende substituir-se-lhe e deve ser tomada pelo que de facto é, ou seja: um simples apontamento das grandes linhas de uma problemática muito ampla e complexa.

2. Algumas questões relativas às temáticas propostas

A um nível elementar, podemos afirmar que a *industrialização* se situa historicamente, aquando das primeiras implantações de determinados sectores económicos de produção industrial, resultantes, quase mesmo, da sucessiva «eliminação» de formas artesanais da manufactura ou da criação de pequenos núcleos «industriais» utilizando uma tecnologia ainda rudimentar. Alterava-se, assim, o modo de produção até aí dominante, para se iniciar uma nova era económica a que é lícito dar a designação genérica de *modo de produção capitalista*. Com efeito, o estudo da *industrialização capitalista*) e convém notar que usamos esta expressão, por ora, com um significado um tanto lato) insere-se, globalmente, no estudo da formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Poderemos estabelecer um marco cronológico — meados do século passado — que simbolizará a «viragem» decisiva do tipo de produção artesanal, para um tipo de produção industrial, sem

¹ «O fenómeno urbano: notas prévias para a formulação de um objecto», *Análise Social*, VIII (29).

que nos esqueçamos que desde o início desse século se estava processando o que acima denominámos de *eliminação* das «estruturas» anteriores e da concomitante *criação* das novas «estruturas» industriais. Essa «eliminação» revestiu-se de duas facetas fundamentais, não exclusivas entre si, antes apresentando, por vezes, um carácter misto. Uma dessas formas de eliminação resultava da absorção (assimilação) imediata de antigas «oficinas» artesanais, ou mesmo de pequenas empresas de criação recente e de produção «semi-industrial», que eram «integradas» nas organizações económicas de maior dimensão que a concentração de capitais havia possibilitado criar; a outra faceta, muito mais subtil e «desinteressada», tornava-se efectiva no próprio «campo de acção» do novo sistema em gestação, pois que através da «livre» competição económica, essas pequenas empresas manufactureiras não tardariam a entrar na esfera de poder das empresas «capitalistas».

Por outro lado, não fazia sentido invocar uma possível intervenção estatal num tal *processus*, uma vez que o lema ideológico nesses países «em vias de industrialização» — Europa Ocidental e Estados-Unidos-da-América — era o do «livre» afrontamento económico, sem peias nem restrições de nenhuma ordem, do que a respectiva organização político-jurídica era um testemunho eloquente. Posteriormente, foi possível constatar (tal como já havia sido denunciado por alguns teóricos, especialmente Marx) que os resultados dessa «liberalização» económica haviam transformado o crescente poder financeiro de certas empresas em efectivo *poder político*.

Convém reter, desde já, a observação acima referida sobre a inexistência de intervenção estatal no processo de desenvolvimento económico, pois que nos vai ser necessária para compreender o que já se vem denominando de «revolução urbana» (cronologicamente situada em «paralelo» com a «revolução industrial», que acabámos de referir). Realmente, a não-intervenção da entidade-Estado, que se concretizava na ausência de controle político e social na «dinamização» das sociedades «pré-industriais», originou uma série de fenómenos cuja análise parece pertinente em relação à problemática que, neste momento, nos ocupa.

Um dos fenómenos, conseqüente imediato da industrialização, e que, nessa altura, esteve na origem de repercussões socio-culturais extremamente importantes, foi o dos *movimentos migratórios* (internos e externos) que durante décadas alteraram numérica e qualitativamente a estrutura demográfica desses países. Em relação às *migrações internas* (fenómeno característico e por demais invocado a propósito da sucessiva criação de sectores industriais, junto ou no interior de determinadas «zonas urbanas»), a sua razão fundamental encontra-se no facto de fortes contingentes populacionais trocarem as zonas rurais de origem, por centros de

produção industrial onde condições de trabalho mais «compensatórias» funcionavam de estímulo a esse «desenraizamento» cultural. Quanto às *migrações externas*, fenómeno mais recente (pelo menos com intensidade equivalente à que se observou no caso anterior), eram originadas no desigual estágio de desenvolvimento alcançado pelos diferentes países envolvidos em todo esse *processus*, observando-se a formação de diversas correntes migratórias dos países «sub-desenvolvidos»², para os que apresentavam níveis mais elevados de produção e consumo de bens e serviços.

Não se pense, contudo, que um fenómeno como o que acabámos de indicar somente tem repercussões ao nível da estrutura demográfica dos países que o fomentam ou que dele são «vítimas». O estudo do fenómeno migratório complexifica-se, quando o analisamos em pormenor. Assim, ele é propiciador (e também, como atrás se disse, consequente) de profundas alterações económicas, políticas, sociais e muito particularmente de transformações culturais.

Afirmámos atrás que o fenómeno migratório era quase sempre acompanhado do respectivo «desenraizamento» cultural. Importaria tentar perceber se o que está em causa é uma *nova socialização* do adulto, «enraizada» numa «nova» cultura — a urbana — até então vivencialmente estranha à sua formação anterior, ou se, pelo contrário, o emigrante, que deixa a zona rural, continua ligado, culturalmente, às suas «origens», ainda que superficialmente adquira alguns dos elementos culturais característicos da «vida urbana».

R. LEDRUT, numa obra relativamente recente, é perentório em relação a essa dúvida, afirmando que, com excepção do burguês, *o urbano é sempre um rural «desenraizado»*. Assim, «o operário das cidades industriais do século XIX (*coke-town*) não é ainda o homem de uma nova civilização. Camponês desenraizado, ele continua camponês. Encontra-se ligado às tradições camponesas. Deste ponto de vista, situa-se bastante longe do artesão, que é o homem de velhas tradições citadinas»³. Claro que uma tal afirmação tem de ser entendida em relação à época a que se refere. Actualmente e de uma forma genérica, pode-se admitir que os adultos nascidos em sociedades «post-industriais», encontram-se, genericamente, integrados na «civilização urbana», *socializados*,

² Se hoje em dia esta designação se aplica, predominantemente, a certos países fora da Europa, no período que estamos a considerar — a partir da segunda metade do século passado — ela parece adequada a certos países europeus, pois que os desníveis económico, social, político, etc. entre por um lado a Inglaterra, os E.U.A., a França e Alemanha e por outro, os restantes países da Europa, não tardaram a verificar-se, acentuando-se, posteriormente para alguns deles, como foi o caso de Portugal.

³ Raymond LEDRUT, *L'espace social de la ville*, Paris, Anthropos, 1968, pág. XIV.

assim, por normas e padrões socio-culturais específicos dessa «realidade».

Mas voltemos ao século passado e retomemos o problema que estávamos tratando. À um nível estritamente económico, qual a situação global dos países que haviam encetado uma nova «revolução industrial»? Se, como vimos, as necessidades crescentes de mão-de-obra, da parte dos novos sectores industriais, impulsionaram e fomentaram uma intensa *mobilidade geográfica* (observando-se, nessa altura, as mais elevadas taxas de crescimento das «cidades»), as zonas rurais de origem dessa mão-de-obra, necessariamente tenderam a «despopular-se», o que em última análise implicaria tendência para a falta de produtos agrícolas. Acontece, contudo, que um processo desta natureza não era linear, antes se apresentava contraditório entre as novas «necessidades» económicas e a própria situação política herdada do período anterior.

Assim, se é verdade que, até então, a cidade era de certo modo dirigida pelo «campo», pois era neste que se situava a base do poder político e económico, decorrente da *posse da propriedade agrária*, a «revolução industrial» veio alterar completamente a situação, pondo as áreas rurais sob o domínio e controle (ou seja, exploração) dos centros industriais, que por sua vez se consolidavam em grandes zonas urbanas. Deste modo, o poder político e económico *concentrado* nos «centros» urbanos (para Henri LEFEBVRE, as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de «capitais») «comandava» também a própria produção agrícola. Tal «comando» não se identificava, porém, com qualquer tipo de «planeamento», mesmo de carácter privado. Esse «controle» (resultante, precisamente, da falta de controle, passe o paradoxo) era consequência directa da própria subordinação absoluta ao novo modo de produção industrial, que, implicitamente, *determinava* as prioridades e necessidades que deveriam ser respeitadas a todos os «níveis» económicos. Uma tal situação durou cerca de um século até romper, de forma brutal, esse «equilíbrio» instável entre o «campo» e a «cidade». O despovoamento das áreas rurais não podia continuar até à exaustão. Por outro lado, sem o «campo», fornecedor primário (e primeiro) dos produtos agrícolas necessários à subsistência (física e social) dos «urbanos», o desenvolvimento de tal *processus* seria sapado nas suas próprias bases. Uma vez mais, foram os interesses da cidade (leia-se, poder político igual a poder industrial) que nortearam as novas posições económicas. Um «novo» proletariado nascia: tratava-se do *proletariado agrícola*.

Na realidade, vem a propósito referir, a revolução industrial havia criado, especialmente junto das áreas urbanas que de forma sucessiva se iam consolidando, uma crescente mão-de-obra, emigrada, como atrás se disse, das zonas rurais, e que constituiu, nas primeiras décadas do «arranque» da industrialização, o «meio de

produção» mais abundante: referimo-nos, como é óbvio, ao *proletariado urbano*. Se, economicamente, esse crescente volume de mão-de-obra foi «compensado» por sensível aumento do seu nível de vida, parece correcto admitir que o mesmo se não pode dizer quando, sociologicamente, tentamos compreender a nova situação social e profissional desses «emigrados». Com efeito, as «preocupações» do poder político (emanado, como se sublinhou, do crescente poder industrial) concentravam-se na expansão e incremento do novo modo de produção, considerando como não prioritários (e até, quase sempre, despiciendos) todos os demais problemas, que no entanto inevitavelmente se encontravam interligados a essa «revolução industrial».

Era preocupação fundamental elevar constantemente a produção industrial, na convicção de que as respectivas taxas de lucro acompanhariam, paralelamente, esse ritmo veloz. As contradições de um tal *processus* são relativamente conhecidas e as crises económico-políticas que se foram sucedendo até aos nossos dias são extremamente significativas e relevantes dessas contradições.

Entretanto, qual a situação das «cidades» que viam o seu «tecido urbano» e a respectiva estrutura demográfica alterarem-se profundamente? Se não é difícil acreditar que a situação de início «vívida» era de total anarquia social e espacial, é correcto admitir que um tal *processus* apresentou, também, aspectos claramente positivos. Basta recordar o «papel» fundamental que a «cidade», desde essa altura, passou a ter, como «centro» coordenador de grande parte da actividade económica (fenómeno que esteve na origem e extensão da «macrocefalia» política e social, que caracterizou alguns desses «centros»). Posteriormente, esse fenómeno haveria de se «hierarquizar», passando algumas dessas «cidades» a uma sujeição semelhante à que verificámos para as áreas rurais, desta vez, porém, em relação aos «grandes centros» urbanos.

Assim, a «cidade» actuou como elemento fundamental no «arranque» (*take-off*, no dizer de Rostow) da industrialização capitalista. Por sua vez, ela encontrou a sua «razão de ser», precisamente a partir do novo modo de produção capitalista. O pôr estas proposições nos termos indicados pressupõe admitir o carácter dialéctico que os fenómenos em causa — industrialização e desenvolvimento urbano — entre si mantêm, particularmente acentuado no período que atrás considerámos (meados do século XIX) ⁴.

⁴ Vem a propósito, assim, ressaltar a «aparente» incorrecção da frase em epigrafe na proposta do presente projecto de investigação. Nessa pequena transcrição de um dos últimos livros de Lefebvre, acentuava-se somente, o cunho *indutor* da industrialização sobre o desenvolvimento urbano, escamoteando-se assim, o carácter dialéctico desses dois fenómenos. Contudo, a intenção ao transcrever aquela frase era a de sublinhar um dos aspectos daquela problemática, ainda que se aceite que só por si, tal transcrição pudesse ter *induzido* em erro.

Nesta ordem de ideias, a par é passo com uma crescente solicitação de mão-de-obra rural pelas novas organizações industriais, a cidade aumentava espacial e socialmente. Por outro lado, como acima se afirmou, esse crescimento não era «controlado», assistindo-se por isso ao que G. BARDET⁵ denominou de *urbanificação*, entendida como fenómeno *espontâneo* do «desenvolvimento» urbano, por oposição ao *urbanismo*, aparecido muito mais tarde e criado na tentativa de eliminar (ou pelo menos diminuir) essa estruturação e utilização anárquicas e indiscriminadas do «espaço» urbano.

Assiste-se, portanto, a um alargamento «descontrolado» do *tecido urbano*, consequência inevitável da situação político-económica vigente na época⁶. E vem a propósito indicar mais alguns problemas decorrentes dessa falta de controle político e social, ainda que já anteriormente tenhamos focado um dos mais importantes pelas suas implicações de ordem «socio-cultural», ao referir os movimentos de populações migratórias, «desenraizadas» das suas zonas rurais de origem para passarem a «marginais» nos «centros urbanos» que delas careciam.

A propósito da análise sociológica da «imagem histórica clássica» de uma *sociedade de classes* (reportando-se aos países que haviam encetado o «arranque» industrial), A. TOURAINE, num dos seus últimos livros⁷, sublinha (tal como já o havia feito DAHRENDORF⁸) que «a falta de um controle político da industrialização levou à sobreposição do *conflito industrial* e do *conflito político*», indicando ainda que foi a «junção de uma política liberal e de uma situação proletária que deu força explosiva ao movimento operário, colocado numa sociedade submetida, fundamentalmente, às exigências da *acumulação capitalista*».

A falta de controle político e social no contexto acabado de descrever, estava em concordância com a inexistente influência política dos trabalhadores no desenvolvimento económico desses países. Como já se afirmou, a mão-de-obra industrial era um dos «meios de produção» existentes e como tal era considerada, pois que os únicos «factores» a ter em conta eram os que pudessem

⁵ Gaston BARDET, *L'urbanisme*, Paris, P.U.F., «Que sais-je?», 1967.

⁶ Contudo, parece importante apontar nestas notas, uma referência especial ao que se observa, ainda hoje, na maior parte das cidades portuguesas (mesmo naquelas que possuem «planos directores», como é o caso de Lisboa), que, para além de um «possível» planeamento urbanístico existente, continuam a alargar o seu tecido urbano, tantas vezes de forma anárquica e associal, prejudicando, em última análise, os interesses da comunidade.

Tal situação parece ser possível, em virtude de o carácter *executivo* desse planeamento (quando existe) se processar a um nível predominantemente *técnico* e não, também, a um *nível político*.

⁷ Alain TOURAINE, *La société post-industrielle*, Paris, Médiations, 1969, pp. 45 e seg. (sublinhados nossos).

⁸ R. DAHRENDORF, *Class and class conflict in industrial societies*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1959 (Cit. por A. Touraine).

contribuir para um constante aumento dos índices de produção (e das taxas de lucro) das novas empresas criadas. As *situações revolucionárias*, que se foram sucedendo durante mais de um século, vieram alertar a «classe» detentora dos «meios de produção», para a necessidade de *integrar* essa «força explosiva» do *movimento operário* no próprio sistema, a fim de, precisamente, tentar neutralizar uma das causas das crises económicas, em paralelo com essas situações «revolucionárias».

Não tem cabimento, neste texto, «explorar» a via que Alain TOURAINE nos sugere, a propósito da situação proletária «vívida» num clima de política liberal. Contudo, interessa-nos destacar que era principalmente nas *idades* (onde, como se disse, se agregava a maior parte dos sectores industriais), que se concentravam grandes «massas populacionais» abandonadas a si mesmas e ocupando o espaço *disponível* (isto é, fóra do interesse daqueles sectores industriais) sem nenhum planeamento organizado.

As cidades que, até então, haviam mantido as suas características fundamentais (significativas de uma situação privilegiada, como «centros culturais das artes e letras», consolidada numa anterior situação política e económica relativamente estável) não suportam, sem sofrerem uma transformação radical, o «impacto» da industrialização. Essa «transformação», que se processou a diversos níveis, alterando por isso as características morfológicas, funcionais e estruturais dos «agregados urbanos», manteve contudo (reforçando até) a sua posição «centralizadora» do poder político e económico. Mas, em virtude precisamente, da nova situação económica criada, a «cidade» constituiu-se em mais um elemento de todo esse *processus*. De *valor de uso*, essas «zonas urbanas» identificadas, sucessivamente, a zonas industriais, reduzem-se a simples «mercadorias», com um *valor de troca* compatível com a respectiva capacidade económica.

Assim, se a falta de *controle* (político e social) foi um dos aspectos mais relevantes no primeiro período da industrialização, vemos que, hoje em dia, ele é um dos elementos fulcrais na existência das comunidades urbanas. Contudo, esse elemento não vigora isolado do restante contexto «cidadino», antes se conjuga com outros na caracterização do respectivo desenvolvimento urbano. Vemos, pois, que em paralelo com a necessidade, sentida pela «classe» detentora dos «meios de produção», de *integrar* a crescente mão-de-obra industrial no respectivo sistema económico que se pretendia desenvolver, a *cidade* como centralizadora do poder político (paradigmática, portanto, da realidade socio-económica vigente) vigorará, também, através da respectiva *integração* dos seus membros.

Com efeito, *controle* e *integração*, são as duas características fundamentais das cidades que passaram pela revolução industrial e urbana do século XIX, a tal ponto que a respectiva *coesão* se

mede, hoje, fundamentalmente, pelo grau e qualidade dessas «variáveis» sociológicas.

Pode-se argumentar contra a possível arbitrariedade que tais elementos propiciam, muito especialmente dada a evidente constatação de serem fundamentais à «sobrevivência» dos agregados urbanos. Foi, esse, de resto, o «preço» de um dos aspectos do *desenvolvimento urbano*. A consolidação e expansão das zonas urbanas mergulhadas num *processus* como o que se procurou indicar, não eram possíveis sem que, à semelhança do que acontecia no sistema económico instaurado, se efectivasse um rígido controle social e político apoiado na sucessiva integração dos membros dessas zonas urbanas. Visava-se, assim, através do *ajustamento* a uma nova «ordem» e garantindo a prossecução do desenvolvimento económico, sancionar o respectivo *desenvolvimento urbano*. Controle e *integração* são por isso, duas faces de uma mesma moeda, pois como diz R. LEDRUT, «o controle colectivo é constituído pelo conjunto dos mecanismos de integração dos múltiplos comportamentos urbanos (...) segundo um processo circular, (em que) a *individualidade colectiva* e o controle se reforçam reciprocamente»⁹.

Neste momento, poderemos compreender melhor quais as condições históricas e sociológicas em que o *desenvolvimento urbano* se processou, alicerçado, fundamentalmente, no controle e integração dos membros das respectivas comunidades citadinas. De uma situação anárquica e «liberal», passou-se para uma situação «organizada» e centralizadora. Tal alteração é concomitante com a respectiva transformação do «regime» económico que, cerca dos anos trinta deste século, se operou em alguns países industrializados. Se o período atrás considerado — meados do século XIX — «simbolizou» o apogeu do *liberalismo económico*, a situação que procuramos definir, caracteriza-se, principalmente, por vigorar num *capitalismo financeiro, monopolista e centralizador*, plenamente identificado com o respectivo poder político.

Um tal «sistema» (apologista de uma concreta e eficaz «racionalidade» — na produção, como no consumo), poderia ser compatível com uma situação «urbana» não controlada (política e economicamente)? Considerarmos afirmativa a resposta a esta pergunta, pressupõe admitirmos a possível dissociação entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento urbano. Ora esses fenómenos não vigoram de forma independente, antes se «integram» num *todo* indissociável, cuja característica *determinante* lhe advém, precisamente, do próprio sistema económico (neste caso, do sistema capitalista). E que outra forma melhor para «controlar» os

⁹ R. LEDRUT, *Sociologie Urbaine*, Paris, P.U.F. (col. SUP), 1968, pág. 12 (sublinhados nossos).

membros dessas comunidades urbanas, do que à respectiva *integração* (no sistema económico e no «espaço» social) desses membros?

No entanto, o controle social e político que se pretendia emanado de uma *certa* «racionalidade» (decorrente do próprio sistema económico), não correspondia, na generalidade, a uma «vocação» colectiva dos utentes do espaço urbano. Razão por que não é correcto identificar *controle colectivo* (político e social) com *planeamento socio-espacial*. O planeamento «urbanístico» procura (ou pelo menos, tem como pressupostos «teóricos») a «conciliação» das necessidades económicas (ao nível nacional, regional ou local) com as «preocupações» de carácter social, decorrentes da vida colectiva dos agregados urbanos. Ao fim e ao cabo, é a tentativa de «racionalizar» o controle colectivo dos utentes daqueles «espaços».

Deste modo, a «cidade» funcionou (e funciona ainda) como «polo» de desenvolvimento económico e como «local» específico de controle social e político. Esta posição «privilegiada» (segundo a óptica da «classe» detentora dos interesses em manter essa posição) implicou, também, que a um nível mais elevado de *produção* industrial, correspondesse uma elevação no *consumo* privado dos membros desses agregados urbanos. Esse foi, de resto, um dos elementos fundamentais nos mecanismos de integração na nova «ordem» que se instaurava. Luis PEREIRA, num artigo recente¹⁰, indica até, que uma das características básicas das «cidades» actuais, é propiciar um «*quantum*» maior de consumo, como contrapartida da «alteração da estrutura das necessidades materiais e não-materiais»¹¹. Contudo, aquele autor adverte, também (o que nos parece extremamente importante destacar), que essa alteração na estrutura das necessidades se efectiva «como uma reactualização da alienação dos agentes de trabalho, que os leva a negarem o *statu quo*, sem negarem, de imediato e espontaneamente, as determinações essenciais do capitalismo como forma de vida»¹². Ficámos, assim, a conhecer mais um dos elementos propiciadores à integração dos indivíduos no próprio «sistema» urbano, sem que a sua «estrutra» básica fosse alterada.

3. Notas conclusivas

Como se afirmou no início desta nota, não se pretendeu realizar um texto que de forma sistemática procurasse analisar toda a problemática envolvida nos temas da industrialização capitalista

¹⁰ Luis PEREIRA, *Urbanização e Subdesenvolvimento* (incl. na obra colectiva com o mesmo título), Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969, 23 pp.

¹¹ *Op. cit.*, pág. 63 (Vd. nosso artigo anterior, pág. 15, a propósito da definição daquelas «necessidades» feita por Le Corbusier).

¹² *Op. cit.*, pág. 64.

e do desenvolvimento urbano. Procurou-se, antes, adiantar alguns dos problemas inevitavelmente decorrentes daquelas temáticas, que ajudassem, pelo menos, a situar histórica e sociologicamente a referida problemática.

Também não parece necessário resumir, ainda que sinteticamente, as observações atrás realizadas, pois que o próprio texto se pode considerar como uma sùmula de uma exposição que, em condições diferentes, deveria ser muito mais circunstanciada.

Retenhamos, sòmente, o que atrás indicámos sobre as três «variáveis» sociológicas básicas na compreensão da «realidade» socio-espacial urbana. *Essas variáveis, designámo-las por controle dos membros dessas comunidades, com vista à correspondente integração no respectivo sistema urbano, na tentativa de definição de um tipo de ajustamento adequado à «nova» ordem socio-económica e política que a revolução industrial havia criado.*

Com efeito, foi através delas que, nos países que temos vindo a considerar (isto é, naqueles em que o «sistema capitalista» é dominante) se efectivou o «desenvolvimento» urbano, como *sub-processo* do desenvolvimento socio-económico. Através dessas variáveis parece possível analisar cada caso de *per si* e tentar perceber as diversas flutuações que elas apresentam, consoante os tipos de desenvolvimento mais representativos dos casos estudados. Essa análise, sendo crítica, poderá detectar as várias inflexões por que passou o «sistema» urbano, como elemento privilegiado da estrutura económica e política vigente. Através dessa análise, será possível então, tentar efectuar a crítica correcta (e mais fundamentada) à realidade socio-económica «determinante» do *desenvolvimento ou subdesenvolvimento urbano.*